ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA[1]

Sandra Maria Francisco de Amorim[2]

A adolescência é um momento do desenvolvimento humano marcado por intensas mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Tais mudanças, embora tratadas de forma diferenciada em distintos contextos culturais, são universalmente reconhecidas e produzem experiências que ocasionam novas demandas para os ambientes onde o adolescente transita. A maneira como ele lida com as rápidas mudanças e as novas experiências varia de acordo com sua história de vida. Discorrendo sobre isso, Silva e Hutz (2002, p. 156) afirmam que "a noção de continuidade do desenvolvimento é fundamental para se compreender o que acontece ao jovem quando ele tem que enfrentar complexos desafios pessoais e sociais trazidos pela puberdade e adolescência".

A história de vida de um adolescente é a história de uma família. Foi com esse grupo social que ele conviveu, mal ou bem, e com os olhos desse grupo é que conheceu o mundo, desenvolveu seus vínculos, princípios e valores. A família é um dos grupos sociais que precisa estar preparado para incorporar essas novas demandas e facilitar a trajetória de vida do adolescente.

Mas, o que é família? Inúmeras concepções são encontradas em relação a ela.

A família, como instituição, tem suas origens na própria história da humanidade e cada cultura que prevaleceu, em dado momento evolutivo, oferece uma concepção singular. A condição de dependência da espécie humana, que desde o nascimento não prescinde da presença do outro para que possa sobreviver, é citada como responsável pelo surgimento da família. Aliás, condição também identificada em espécies animais que precisam de cuidados para sobreviver.

A família, ao longo da história, assume características e formas extremamente diversificadas em cada cultura, dependendo dos sistemas sociais, políticos, econômicos e

---

[1] Texto utilizado no curso de extensão *Formação Continuada para os Profissionais do Sistema Socioeducativo de Mato Grosso do Sul*, desenvolvido pelo Programa Escola de Conselhos/PREAE/UFMS, e subsidiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Caderno de textos, 2008.

[2] Psicóloga, professora adjunta do curso de Psicologia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Coordenadora Técnica do curso de extensão *Formação Continuada para os Profissionais do Sistema Socioeducativo de Mato Grosso do Sul*.

religiosos. Nesse sentido, Bruschini (1997, p. 50) alerta que, para se estudar a família, o primeiro passo seria o "de dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como uma criação humana mutável". Afirma que a família assume configurações diversas em sociedades e grupos sociais heterogêneos e que o modelo de família nuclear, que hoje ainda parece tão natural, só se consolidou por volta do século XVIII.

Para Pichon-Riviére (1991, apud OSÓRIO, 2002, p.14) a família é responsável por proporcionar o "marco adequado para a definição e a conservação das diferenças humanas, dando forma objetiva aos papéis distintos, mas mutuamente vinculados, do pai, da mãe e dos filhos, que constituem os papéis básicos em todas as culturas".

Osório (2002, p.13) esclarece que não há um conceito unívoco de "família" e que podem ser encontrados conceitos advindos da sociologia, antropologia ou psicologia, e todos eles devem ser compreendidos sob uma perspectiva histórica. Há uma multiplicidade de dimensões contidas nesse grupo social e a compreensão do conceito pode variar conforme a dimensão enfocada. Assinala ainda que a família é a unidade básica de interação social; não basta para situá-la como agrupamento humano no contexto histórico-evolutivo do processo civilizatório. E, em uma tentativa de operacionalizar o conceito de família, afirma:

> Família é uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais - aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consangüinidade (irmãos) - e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhes condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais (OSÓRIO, 2002, p. 15).

Não será objeto deste texto o aprofundamento nos diversos desenhos de família encontrados ao longo da história da humanidade. Prioriza-se a dimensão que entende as funções de proteção e cuidado como estruturantes da personalidade do sujeito, que deve ser compreendida como produto de uma longa história de relações, que tem a família como cenário.

Bruschini (1997) destaca que em Freud, que revolucionou o campo científico quando mostrou que a mente não é algo previamente dado, encontra-se o ponto de partida para a apreensão da família como uma "complexa teia de vínculos e de emoções". Complementa ainda que "depois de Freud, os estudos de família não podem mais analisar as relações familiares sem levar em conta o nível psicológico das relações sociais que se passa em seu interior". (1997, p. 62). Embora seja criticada como uma teoria individualista, a psicanálise,

desde a sua origem, enfatiza as relações sociais inicialmente desenvolvidas pelo par mãe-bebê como fundante na construção psíquica do sujeito.

Winnicott (1997), em toda sua obra, reiteradamente enfatiza a importância do ambiente externo (familiar) afetivo, acolhedor e continente das necessidades da criança, em todo o ciclo vital como base para um desenvolvimento saudável. Na sua teoria do desenvolvimento emocional, constrói uma linha de abordagem, diferente da via instintiva, que vê o indivíduo como estando sujeito, no início da vida, a uma dependência quase absoluta, "que vai aos poucos diminuindo em grau e tendendo ao estabelecimento da autonomia" (1997, p.130). Refere-se à maturidade como sinônimo de saúde e destaca o papel fundamental da família para o estabelecimento da saúde individual. Na visão do autor, a ênfase recai menos na idade do sujeito e mais no grau de adaptação das condições ambientais às necessidades do indivíduo em qualquer etapa da sua vida. Sobre esse aspecto, relata: "a tarefa da família consiste em fazer face às necessidades do indivíduo que cresce, não apenas no sentido de satisfazer os impulsos instintivos, mas também de estar presente para receber as contribuições que são características essenciais da vida humana" (WINNICOTT, 1997, p.131).

Winnicott (1997) ressalta ainda que, inicialmente, os cuidados maternos, e depois a família, devem servir de base segura para o desenvolvimento da autonomia do adolescente, permitindo que transite livremente da dependência para a independência. Afirma que, na realidade, o afastamento só se dá em relação à figura externa dos pais, pois as funções materna e paterna são internalizadas e "este fato constitui como um cimento da família, pois as figuras reais do pai e da mãe permanecem vivas na realidade psíquica e interior de cada um de seus membros" (WINNICOTT, 1997, p. 133-134).

Nesse contexto, já que houve referencia às figuras do pai e da mãe, merece destaque a noção de papéis familiares. Para Osório (2002, p. 16-19) os papéis familiares são basicamente: o papel conjugal (refere-se ao par); papel parental (refere-se aos papéis materno e paterno); papel fraterno (refere-se aos papéis de compartilhamento e companheirismo) e papel filial (centrado na dependência). Assinala que os papéis não são de competência exclusiva dos indivíduos a quem nominalmente se atribuem e que um mesmo membro de uma família pode assumir simultaneamente ou em tempos distintos, papéis diferentes. Na realidade, independe de quem cumpre o papel, as necessidades de proteção, cuidados e limites, ao serem experienciados pela criança funcionam como alicerces para sua autonomia e construção da identidade.

A construção da autonomia pelo adolescente exige a separação e, nesse sentido, Sá (1988 apud AMORIM, 1999) enfatiza que a separação só é possível ocorrer na presença (ainda que seja interna) de alguém. Ninguém se separa na ausência. Portanto, a conquista da independência e autonomia do adolescente, no seu sentido mais saudável, só é possível quando as funções familiares se fizerem presentes. Isso porque a separação só vai ocorrer se houver uma referência interna construída, que solidifica a identidade.

Ao explicitar como a família contribui para a maturidade emocional do indivíduo, Winnicott (1997) estabelece que, por um lado, dá-lhe oportunidade de voltar a ser dependente a qualquer momento e, por outro, permite-lhe trocar os pais pela família mais ampla e aumentar cada vez mais o seu círculo de relações. Os círculos relacionais cada vez maiores são o produto final do que se inicia com os cuidados maternos e prolongam-se até a família e depois, a outros círculos sociais mais amplos.

Para Pichon-Riviére (1991, p.49-56), cada pessoa tem uma história relacional, peculiar e individual construída desde o nascimento e é dela que dependem os modos de relacionamento com a realidade (vínculo); as formas de compreensão da realidade (aprendizagem); os modos de atuação nessa realidade (papéis) e as formas de comunicação com essa realidade.

Fleming (1996, p.56) sintetiza que as contribuições psicanalíticas acentuam a importância das vivências emocionais com os outros significativos continentes "auxiliares no processo de separação-individuação, permitindo em simultâneo a manutenção de fortes laços vinculativos aos pais e a autonomia, onde os pais funcionam como porto de abrigo seguro, caldeadores da auto-estima e da autoconfiança do adolescente".

O adolescente, nessa perspectiva, deve contar com um mundo interno povoado de objetos bons, internalizados a partir de vínculos afetivos positivos, que lhe proporcionem sentimentos de autoconfiança e segurança, que funcionam como um "equipamento" necessário para que saiba lidar com as imensas transformações pelas quais passa nessa fase da vida. Portanto, ao processo de separação, base da conquista da autonomia, deve preceder uma gama de internalizações positivas que possibilitem esse processo. Caso contrário, o mundo interno frágil redundará em uma frágil identidade, imatura, insegura, propensa a atuações e atitudes cada vez mais violentas.

As separações precoces, as situações de violência, a ausência de figuras de cuidado na vida de crianças e adolescentes repercutem negativamente no seu desenvolvimento.

A partir da década de 1940, com o surgimento das teorias sistêmicas, a visão psicanalítica se amplia, pondo ênfase nos processos interativos ou transacionais dentro da família. Essa perspectiva considera não ser possível pensar os fenômenos humanos em termos isolados, mas sim sob a ótica das interações múltiplas e recíprocas. Dessa forma, todos os processos adolescentes, incluindo sua autonomização, são vistos como envolvendo toda a família. A separação seria um movimento em direção a uma relativa individuação mútua, que deve ser entendida, dialeticamente, como "um espiral em expansão gradual de mútua diferenciação e individuação, ocorrendo em níveis emocionais, cognitivos e morais" (STIERLIN, 1974, p.3).

Stierlin et al. (1971) destacam a importância das percepções parentais sobre a separação: quanto mais os pais apresentam percepção de confiança nas capacidades do adolescente crescer e se autonomizar, mais colaboram para que ele se separe, sendo o contrário também verdadeiro.

A construção de um modelo conceitual sobre a separação adolescente-familia é a mais relevante contribuição de Stierlin. Refere-se a dois modelos de separação - centrípeto e centrífugo. Esses modelos de dinâmicas familiares não são necessariamente considerados patogênicos; isso depende do modo, momento e intensidade da interação.

O modelo centrípeto é acolhedor, gratificador de processos regressivos, e provoca no adolescente sentimentos de culpa, incapacidade e dependência diante da separação. Em famílias onde operam as forças centrípetas, para evitar que membros deixem o sistema, a mensagem dada é que a separação é perigosa e que é em casa o único lugar que o adolescente está em segurança. O adolescente acaba ficando com dificuldades de promover o seu próprio crescimento.

O modelo centrífugo, ao contrário, é rejeitador, indutor de que é a realidade externa fonte de gratificação e segurança, o que leva o adolescente a estabelecer relações precoces com o exterior. O adolescente busca fora referências que não encontrou dentro de casa, Esse fenômeno ocorre, em geral, em pais que sofreram abuso na infância, foram negligenciados, perturbados emocionalmente ou usuários de drogas e álcool. A responsabilidade pela adolescência dos filhos é tão esmagadora que eles desistem. Em um grau de elevada intensidade, esse modelo pode estar associado a certas formas de comportamentos disruptivos, como os atos anti-sociais e os atos infracionais.

É interessante observar que o fato de o adolescente estabelecer relações extrafamiliares com facilidade não indica necessariamente uma capacidade de estabelecer

vínculos afetivos consistentes, nem que ele está se "autonomizando". Em geral, essas ligações são superficiais, não genuínas no sentido de vinculação afetiva.

Um outro modelo, denominado ecológico, desenvolvido por Bronfenbrenner (1996), considera a família uma unidade funcional, isto é, um microssistema no qual as relações devem ser estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis.

O microssistema familiar é o primeiro sistema de interação do ser humano, possui padrão de papéis, de atividades, de relacionamentos e expectativas, de acordo com a sociedade em que está inserido. As interações desenvolvidas no microssistema familiar são, provavelmente, as que trazem implicações mais profundas para o desenvolvimento infantil.

O mesossistema consiste na inter-relação de dois ou mais ambientes, nos quais a pessoa/família em desenvolvimento participa ativamente (a creche, a escola, o trabalho e outros).

O exossistema é composto de ambientes nos quais apenas um ou mais membros da família mantém relações face a face e todas as influências externas afetam os pais, a família e a criança, como o trabalho, incluindo o desemprego; a rede de apoio social e a comunidade, que são os grupos sociais, religiosos, culturais e outros.

O macrossistema, que é o mais amplo, abrange os demais e é composto do padrão global de ideologias, valores, crenças e cultura.

Nessa concepção, a constituição de uma família cria um sistema que tem uma forma de funcionamento singular, conseqüência da forma de relacionamento estabelecida entre os próprios membros e desses com o meio mais amplo. Isto significa que cada família tem um funcionamento que é resultante de um sistema de relações que se estabelecem dentro dela e dessa forma é muito mais que um agrupamento de pessoas.

Pode-se sintetizar que, independente do olhar, há ênfase nas relações familiares quando se pensa no desenvolvimento do ser humano. A vida psíquica emerge da vida relacional e os primeiros vínculos são estabelecidos com as pessoas que desempenham os papéis de mãe, pai, irmãos, família. Os círculos cada vez maiores de relações são o produto final do que se inicia com os cuidados maternos e prolonga-se até a família e depois a outros círculos sociais mais amplos. É na família (independente do seu desenho) que os adolescentes constroem seus significados, representações, regras, valores, experimentam emoções. Obrigações, limites, deveres e direitos são circunscritos e papéis são exercidos (Plano

Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006, p.31).

Ao considerar a família do adolescente autor de ato infracional é importante que se reflita para além das suas competências de facilitar ou não um desenvolvimento saudável. Quais fatores foram dificultadores para essa família exercer os seus papéis e funções? Quais as fragilidades que apresentam?

A culpabilização das famílias pela negligência e abandono dos seus filhos e a sua desqualificação como cuidadora nasceu com a construção da assistência à infância no Brasil, na década de 1920. "A idéia de proteção à infância era antes de tudo proteção *contra*[3] a família" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 39). De lá para cá, a legislação menorista que confirmava e reforçava a concepção da incapacidade das famílias pobres em educar os filhos se transformou muito, especialmente a partir de 1980, mas ainda sofre influência desse tipo de concepção.

Tem-se necessariamente que considerar todo o processo de construção das interações prévias, a relação dos sistemas mencionados por Bronfenbrenner (1987) uma vez que a situação presente é fruto de uma história. As dificuldades que a família enfrentou e enfrenta no cuidado com seus adolescentes foram sendo construídas ao longo das suas vidas. Funções, deveres e papéis adequados fazem parte de um desenvolvimento saudável. Entretanto, a impossibilidade do provimento desse desenvolvimento não pode repercutir na responsabilização direta da família e na desconsideração da sua história (inclusive de privações sociais e econômicas), reduzindo assim a responsabilidade de toda uma sociedade produtora de mecanismos de exclusão e expropriação de direitos dessas famílias. Há de se considerar que as situações de extrema vulnerabilidade social, opressão, violência, em que essas famílias vivem, com condições precárias de saúde, educação, moradia e outras, são componentes fundamentais para fragilizar os vínculos afetivos e favorecer a precarização das funções familiares necessárias ao desenvolvimento saudável.

Há de se pensar no necessário envolvimento de "seres humanos" disponíveis, acessíveis e legitimamente preocupados em promover a retomada de outros seres humanos que foram desumanizados por uma história perversa. Aqui estão incluídos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias.

---

[3] Grifo nosso.

Nas raízes dos atos infracionais há sempre uma história de privações e omissões (WINNICOTT, 1987, p.135-136). Dessa forma, o adolescente precisa receber cuidados em um ambiente rigoroso, mas não punitivo; confiável, coerente, consistente para que esses cuidados tenham para ele valor positivo. O envolvimento das pessoas que prestam esses cuidados tem que ser genuíno e constante. A severidade do ambiente, com humanidade, implica estabilidade. É dessa estabilidade que o adolescente em conflito com a lei está precisando para retomar o seu crescimento emocional.

Não se pode separar a imposição de limites da vinculação afetiva. A internalização de regras (dimensão ética) se dá pela possibilidade de identificação com a pessoa que cumpre um papel de referência afetiva para o adolescente. Além disso, a construção de uma relação de respeito com um outro se dá quando a imposição de limites é interpretada como "cuidado" e não como "castigo". A manifestação do afeto não pode ser considerada antagônica à colocação de limites, pois é parte do processo.

A sociedade existe como uma estrutura ocasionada, mantida e constantemente construída e reconstruída por indivíduos. Não há realização pessoal sem sociedade, assim como é impossível existir sociedade independente dos processos coletivos de crescimento dos indivíduos que a compõem (WINNICOTT, 1975).

Coimbra de Matos (1991), muito sabiamente, enfatiza que atacar as raízes da violência está, portanto, nas mãos da cultura, uma vez que ela deve envolver o homem com afeto e respeito.

REFERÊNCIAS

AMORIM, S.M.F. *Vinculação e tendência anti-social: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa. ISPA. Portugal, 1999.

BRASIL. SEDH. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: 2006.

BRONFENBRENNER, U. *La ecologia del desarrollo humano*. Barcelona: Paidós, 1987.

BRUSCHINI, C. *Teoria crítica da família.* In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997.

COIMBRA DE MATOS, A. Gênese, desenvolvimento e reprodução da violência. Anais: *Colóquio sobre Violência*, Lisboa, pp. 45-48; 1991

FLEMING, M. *Autonomia e adolescência.* Porto: Edições Afrontamento, 1996.

OSÓRIO, L. C. *Casais e famílias, uma visão contemporânea.* Porto Alegre: Artmed, 2002.

PICHÓN-RIVIERE, E. *Teoria do Vínculo.* São Paulo: Martins Fontes, 1991.

RIZZINI. I.; RIZZINI. I. *A institucionalização das crianças no Brasil.* São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, D. F. M. ; HUTZ, C. *Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: prevenção e intervenção*. In: HUTZ, C. Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

STIERLIN, H; LEVI, L. D. ; SAVARD, R,J. Parental perceptions of separating children. In : *Family Process,* 10: 411-427, 1971.

STIERLIN, H. *Separating parents and adolescents. A perspective on running away, schizophrenia and waywardness* . New York: Quadrangle, 1974.

WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes. 1987

_____ *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.